

# “Arquivos na construção da cidadania”

Câmara Municipal do Concelho  
DE  
*Évora*

NÚMERO DOS PROCESSOS:  
Na Câmara 3  
Na J. Emigração 2063-E-19

Ano de 1959

**EMIGRAÇÃO**  
1959

Nome da pessoa ou pessoas que desejam emigrar: Maria Rosa Soares Baupanico da Fonseca

Residência Fun da República n.º 141, freguesia de S. Pedro - Évora

País e terra de destino Venezuela - Caracas

Retornado, possuidor do passaporte n.º \_\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_\_

Navio que escolheu \_\_\_\_\_

Classe em que pretende viajar 3ª

Data de embarque \_\_\_\_\_

**Referências ao Embarque:**

Navio que foi destinado pela Junta da Emigração: \_\_\_\_\_

Data da saída de \_\_\_\_\_

Empresa \_\_\_\_\_

Desistiu de embarcar neste navio por \_\_\_\_\_

Destinado \_\_\_\_\_

No mês em que se comemora o Dia Internacional dos Arquivos, 9 de junho, vimos revelar como os Arquivos são importantes na construção da cidadania.

O Arquivo fisicamente é o repositório legal dos documentos de uma Instituição.

De acordo com o Dicionário Internacional de terminologia Arquivística entende-se como “ ... conjunto de documentos, quaisquer que sejam as suas datas, suas formas ou suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho das suas atividades”.

Conservam-se estes documentos para servirem de prova ou de informação. Esses documentos constituem a memória de uma pessoa, de uma família, de uma organização, ou de uma empresa.

A cidadania determina-se como um conjunto de direitos, logo a informação é compreendida como um “direito-meio” da cidadania. Apesar de o direito à informação, por si só, não garantir o pleno exercício da cidadania, sem este direito não é possível conquistar, de forma plena, todos os outros.

O acesso à informação indica o pleno exercício da cidadania, e caracteriza a “Sociedade do Conhecimento”. Assim, exige a criação de políticas adequadas, para que o acesso às informações públicas se realize efetivamente.

O Arquivo deve fornecer o acesso à informação que tem sob seu controlo e graças às novas tecnologias tem sido menos dispendioso para as organizações prover o acesso aos registos armazenados nos Arquivos. Mas esta possibilidade só foi possível por existirem nas instituições profissionais que permitem que a informação seja disponibilizada segundo determinadas regras e em plataformas devidamente adequadas para a descrição arquivística.

A prática arquivística esteve, ao longo dos tempos, ligada à custódia de documentos em suporte papel, mas, recentemente, essa prática profissional passou a incorporar tarefas ligadas a gestão da informação, vindo essa prática a ganhar mais visibilidade dada a relevância da informação enquanto valor de prova e importância no processo de decisão.

O arquivo é cada vez mais um espaço público informacional qualificado podendo com a imprensa constituir a tarefa de mediação da esfera pública fundamental para a conservação das práticas democráticas.

Assim, os arquivos, espaços públicos informacionais, participam na construção da cidadania.